

# Diário do Legislativo de 11/04/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líder: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Cabo Morais

Vice-Líder: Pastor George

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pedro Pinduca

8) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Elaine Matozinhos

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

11) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

12) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Agostinho Silveira (PL)

13) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

14) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: João Leite (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo Brandão PMDB Presidente

Deputado Hely Tarquínio PSDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Navarro PFL  
Vieira

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Sargento Rodrigues PSB

Deputado Antônio Genaro PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB  
Oliveira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Irani Barbosa PSD

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente  
Rodrigues

Deputado Ailton PSDB Vice-Presidente  
Vilela

Deputado Alberto PFL  
Bejani

Deputado Ambrósio PTB  
Pinto

Deputado Pedro PPB  
Pinduca

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra PPB  
Pinto

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo Rezende PMDB Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu PMDB  
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Agostinho PSDB  
Patrús

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José PT Presidente  
Hauelsen

Deputado João Paulo PSD Vice-Presidente

Deputado Anderson PMDB  
Adauro

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio PMDB  
Andrade

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Marcelo PDT  
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson PSB Presidente  
Rezende

Deputado Durval PT Vice-Presidente  
Ângelo

Deputado Luiz Tadeu PMDB  
Leite

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Marcelo PDT  
Gonçalves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT  
Leão

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB  
Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente  
Andrada

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro PSD  
Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo	PSDB	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Adauto	Anderson PMDB	
Deputado Rêmolô Aloise	PFL	
Deputado Dilzon Melo	PTB	
Deputado Faria	Luiz Fernando PPB	
Deputado Rogério Correia	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira	PSDB	
Deputado Eduardo Brandão	PMDB	
Deputado Antônio Andrade	PMDB	
Deputado Vieira	Sebastião Navarro PFL	
Deputado João Pinto Ribeiro	PTB	
Deputado Gil Pereira	PPB	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton	PL	Presidente
Deputado Fábio Avelar	PPS	Vice-Presidente
Deputado Andrade	Antônio PMDB	
Deputado Miguel Martini	PSDB	
Deputado Haueisen	Maria José PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George	PL	
------------------------	----	--

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Anderson PMDB  
Adauto

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Rogério PT  
Correia,

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de PDT Presidente  
Oliveira

Deputado Chico Rafael PSB Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de PMDB  
Oliveira

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL  
Vieira

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB Vice-Presidente

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT  
Júnior

Deputado Djalma Diniz PSD

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pedro Pinduca PPB

Deputado Adelino de PMDB  
Carvalho

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Marcelo PDT  
Gonçalves

Deputado Antônio Genaro PSD

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis PPS Presidente

Deputado José Braga PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Elaine Matozinhos PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT  
Leão

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Jorge Eduardo de PMDB  
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Rogério Correia PT

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro PSD Presidente  
Silva

Deputado Bené Guedes PDT Vice-Presidente

Deputado Adelino de PMDB  
Carvalho

Deputado João Leite PSDB

Deputado Luiz Menezes PPS

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da Silveira PDT  
Júnior

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Maria Olívia PSDB

Deputado Márcio Kangussu PPS

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen PTB Presidente  
Santiago

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Ermano PSDB  
Batista

Deputado Dinis Pinheiro PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Geraldo PMDB  
Rezende

Deputado Amilcar PSDB  
Martins

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia PSDB Presidente

Deputado Gil Pereira PPB Vice-Presidente

Deputado Márcio PMDB  
Cunha

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Pastor PL  
George

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando PPB  
Faria

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Dinis Pinheiro PL

SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Debates

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

Os gabaritos a seguir apresentados foram publicados novamente em virtude de incorreções na publicação anterior, datada de 10/4/2001.

CARGO: *procurador* - Código 101

Edital nº1/2000

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: D	Questão 21: C	Questão 31: A	Questão 41: A
Questão 02: C	Questão 12: A	Questão 22: D	Questão 32: Anulada	Questão 42: B

Questão 03: D	Questão 13: A	Questão 23: B	Questão 33: Anulada	Questão 43: B
Questão 04: A	Questão 14: A	Questão 24: A	Questão 34: Anulada	Questão 44: D
Questão 05: B	Questão 15: C	Questão 25: A	Questão 35: A	Questão 45: D
Questão 06: D	Questão 16: B	Questão 26: A	Questão 36: A	Questão 46: D
Questão 07: B	Questão 17: C	Questão 27: A	Questão 37: C	Questão 47: B
Questão 08: B	Questão 18: B	Questão 28: B	Questão 38: B	Questão 48: B
Questão 09: A	Questão 19: A	Questão 29: D	Questão 39: B	Questão 49: D
Questão 10: D	Questão 20: C	Questão 30: C	Questão 40: A	Questão 50: C

CARGO: Técnico de apoio/analista de sistemas

ÁREA I: Desenvolvimento de Sistemas - Código 201

Edital nº 2/2000

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: A	Questão 21: A	Questão 31: B	Questão 41: D	Questão 51: D
Questão 02: B	Questão 12: B	Questão 22: B	Questão 32: D	Questão 42: B	Questão 52: A
Questão 03: B	Questão 13: B	Questão 23: anulada	Questão 33: D	Questão 43: D	Questão 53: C
Questão 04: A	Questão 14: D	Questão 24: C	Questão 34: A	Questão 44: B	Questão 54: C
Questão 05: A	Questão 15: A	Questão 25: anulada	Questão 35: A	Questão 45: B	Questão 55: C
Questão 06: D	Questão 16: C	Questão 26: C	Questão 36: B	Questão 46: D	Questão 56: B
Questão 07: B	Questão 17: C	Questão 27: B	Questão 37: C	Questão 47: D	Questão 57: C
Questão 08: A	Questão 18: B	Questão 28: D	Questão 38: B	Questão 48: A	Questão 58: B
Questão 09: D	Questão 19: C	Questão 29: A	Questão 39: A	Questão 49: C	Questão 59: B

Questão 10: A	Questão 20: B	Questão 30: D	Questão 40: A	Questão 50: A	Questão 60: B
------------------	------------------	---------------	------------------	------------------	------------------

CARGO: Técnico de apoio/*analista de sistemas*

ÁREA II: Suporte a Sistemas - Código 202

Edital nº2/2000

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: A	Questão 21: A	Questão 31: B	Questão 41: B	Questão 51: B
Questão 02: B	Questão 12: B	Questão 22: B	Questão 32: D	Questão 42: A	Questão 52: C
Questão 03: B	Questão 13: B	Questão 23: D	Questão 33: D	Questão 43: D	Questão 53: D
Questão 04: A	Questão 14: D	Questão 24: C	Questão 34: A	Questão 44: D	Questão 54: B
Questão 05: A	Questão 15: A	Questão 25: A	Questão 35: A	Questão 45: D	Questão 55: B
Questão 06: D	Questão 16: C	Questão 26: C	Questão 36: B	Questão 46: B	Questão 56: A
Questão 07: B	Questão 17: C	Questão 27: B	Questão 37: C	Questão 47: A	Questão 57: C
Questão 08: A	Questão 18: B	Questão 28: D	Questão 38: B	Questão 48: C	Questão 58: C
Questão 09: D	Questão 19: C	Questão 29: A	Questão 39: A	Questão 49: A	Questão 59: C
Questão 10: A	Questão 20: B	Questão 30: D	Questão 40: A	Questão 50: A	Questão 60: A

CARGO: Técnico de apoio/*engenheiro eletricista* - Código 601

Edital nº6/2000

Gabarito

Questão 01: C	Questão 11: B	Questão 21: C	Questão 31: B	Questão 41: C	Questão 51: B
Questão 02: C	Questão 12: D	Questão 22: D	Questão 32: D	Questão 42: B	Questão 52: D
Questão 03: B	Questão 13: A	Questão 23: C	Questão 33: B	Questão 43: B	Questão 53: D
Questão 04: A	Questão 14: B	Questão 24: C	Questão 34: D	Questão 44: A	Questão 54: A
Questão 05: D	Questão 15: A	Questão 25: A	Questão 35: B	Questão 45: A	Questão 55: A

Questão 06: C	Questão 16: B	Questão 26: D	Questão 36: A	Questão 46: D	Questão 56: B
Questão 07: D	Questão 17: D	Questão 27: A	Questão 37: D	Questão 47: B	Questão 57: C
Questão 08: B	Questão 18: B	Questão 28: A	Questão 38: A	Questão 48: A	Questão 58: B
Questão 09: C	Questão 19: C	Questão 29: C	Questão 39: B	Questão 49: D	Questão 59: A
Questão 10: A	Questão 20: D	Questão 30: C	Questão 40: D	Questão 50: A	Questão 60: A

## ATAS

### ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 9/4/2001

Presidência do Deputado Olinto Godinho

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Olinto Godinho - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Geraldo Rezende - José Henrique - Sebastião Costa.

#### Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 10, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

### ATA DA 61ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia três de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Geraldo Rezende, Agostinho Silveira, Dilzon Melo e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei Complementar nº 33/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira) e dos Projetos de Lei nºs 1.305/2000 na forma do Substitutivo nº 1 e 1.372/2001 (relator: Deputado Márcio Kangussu); 1.296/2000 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 1.351/2000 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.370/2001 com a Emenda nº 1 e 1.376/2001 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Dilzon Melo) e os pareceres que concluem pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.302/2000 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.402/2001 (relator: Deputado Dilzon Melo); 1.311 e 1.335/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 1.328/2000 (relator: Deputado Márcio Kangussu); e o parecer que conclui pela antijuridicidade do Projeto de Lei nº 1.340/2000 (relator: Deputado Ermano Batista). O Projeto de Lei Complementar nº 32/2000 e os Projetos de Lei nºs 1.357, 1.361 e 1.362/2001 não são apreciados, em virtude de requerimentos solicitando sua retirada da pauta. O Projeto de Lei nº 1.355/2001 é convertido em diligência por determinação do Presidente, atendendo a requerimento do relator. Verificando a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos, a Presidência prorroga, de ofício, a reunião e suspende os trabalhos até às 14h30min. Às 14h30min registra-se a presença do Deputado Ermano Batista, que deixa de reabrir a reunião por falta de quórum.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Ermano Batista - Dilzon Melo - Sávio Souza Cruz.

### ATA DA 28ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Durval Ângelo e Adelmo Carneiro Leão, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Luiz de Menezes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a debater, a pedido do Deputado Durval Ângelo, a questão da indenização dos mineiros de Nova Lima. A seguir, a Presidência convida a tomar assento à mesa dos trabalhos os Srs. Jackson Camponesa, representante do Procurador-Geral de Justiça do Estado; Elias Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Morro Velho; Delma Maura Andrade de Jesus, advogada do Sindicato; Robson Sávio Reis Souza, Diretor-Geral da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos; Druiler de Oliveira e Leonardo Antônio Garcia, advogados das vítimas. Ato contínuo, o Presidente passa a palavra aos membros da Mesa se retira da reunião, passando a Presidência ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à fase dos debates, quando os presentes usam da palavra, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2001.

Edson Rezende, Presidente - Durval Ângelo - José Henrique.

### ATA DA 32ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia cinco de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Geraldo Rezende, Agostinho Silveira, Dilzon Melo e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das matérias a seguir relacionadas, para as quais designou relatores: Projetos de Lei nºs 1.457 e 1.464/2001 - Deputado Agostinho Silveira; 1.453, 1.454 e 1.460/2001 - Deputado Márcio Kangussu; 1.451, 1.459 e 1.461/2001 - Deputado Dilzon Melo; 1.452, 1.455 e 1.462/2001 - Deputado Sávio Souza Cruz; 1.458 e 1.463/2001 - Deputado Ermano Batista; 1.456/2001 - Deputado Geraldo Rezende. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Resolução nº 1.355/2001 (relator: Deputado Ermano Batista); e dos Projetos de Lei nºs 1.381/2001 (relator: Deputado Ermano Batista), 1.393/2001 (relator: Deputado Agostinho Silveira) e o parecer que conclui pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade do Projeto de Lei nº 1.378/2001 (relator: Deputado Dilzon Melo). O Projeto de Lei nº 1.406/2001, que recebeu do relator, Deputado Ermano Batista, parecer concluindo por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma do Substitutivo nº 1, foi rejeitado, e, nos termos regimentais, a Presidência designa o Deputado Sávio Souza Cruz novo relator da matéria. O Projeto de Lei nº 1.346/2000, que recebeu parecer concluindo por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade com a Emenda nº 1, teve sua discussão adiada em virtude de pedido de vista deferido pela Presidência. O Projeto de Lei nº 1.333/2000 não foi apreciado em virtude de pedido de prazo solicitado pelo relator. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.342/2000 não foi apreciado em virtude de solicitação de prazo feita pelo relator. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.413/2001 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 1.438/2001 (relator: Deputado Dilzon Melo) e 1.443/2001 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista). Nos termos do art. 185 do Regimento Interno, a Presidência determina o envio do Projeto de Lei nº 1.371/2001 ao Plenário, para inclusão do parecer em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Sávio Souza Cruz - Dilzon Melo - Agostinho Silveira - Ermano Batista.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 230ª reunião ordinária, em 11/4/2001

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.762/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, em que solicita ao Secretário de Administração informações sobre o motivo pelo qual os servidores aposentados e idosos estão sendo obrigados a se recadastrar somente nas cidades regionais-administrativas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.770/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita à COPASA-MG o envio de cópia dos balancetes analítico e sintético relativos aos meses de dezembro de 1999 a setembro de 2000, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.771/2000, do Deputado Amilcar Martins, solicitando informações ao Secretário da Casa Civil sobre matéria publicitária do Governo veiculada no último mês de novembro, versando sobre investimentos no Estado, geração de emprego e outros temas afins. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.773/2000, da Deputada Elaine Matozinhos, solicitando aos Secretários da Justiça e da Segurança Pública informações acerca dos motivos pelos quais não foi encaminhado a esta Casa o plano estratégico previsto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.985, de 30/7/98, que transfere a administração das cadeias e dos presídios para a Secretaria da Justiça. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Requerimento nº 1.787/2000, da Comissão Especial do IPÊM, solicitando ao Auditor-Geral do Estado e ao Secretário de Ciência e Tecnologia o envio à Comissão mencionada de cópia da documentação envolvendo a exoneração do Diretor-Geral do IPÊM, Wilton Braga de Oliveira, do pronunciamento feito pelo Secretário a esta Comissão Especial e da auditoria realizada no IPÊM. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.803/2000, do Deputado Amilcar Martins, solicitando ao Presidente da CEMIG o envio a esta Casa das informações que menciona, referentes a serviços de segurança e contratação de empresas de vigilância dessa instituição, além de outras que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.814/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que solicita informações ao Presidente do IPSEMG sobre a existência de débito do Município de Oliveira Fortes junto à autarquia, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 64, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos Policiais Civis e Militares, aos Militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 66, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos IV e V do art. 17; incisos IX, X e XX do art. 22; arts. 47 e 48; inciso VII do art. 49; §§ 1º e 2º do art. 66 e § 2º do art. 86; art. 100; § 1º do art. 120; arts. 169 e 170; §§ 7º e 8º do art. 171; art. 310; parágrafo único do art. 316; §§ 1º, 2º e 3º do art. 325; arts. 335, 339 e 341; e pela rejeição do veto ao inciso I do art. 8º; art. 185; alínea "c" do inciso IV e inciso XV do art. 190; § 2º do art. 203; e arts. 204, 207, 212, 337 e 338.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 4º e pela manutenção do veto aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 3º e seu parágrafo único e aos incisos V e VI do art. 4º e pela manutenção do veto aos incisos XX, XXII e XXIII do art. 4º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 18 e pela manutenção do veto aos §§ 2º e 3º do art. 19.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.681, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.682, que determina a inclusão de conteúdos e atividades destinados à formação de motoristas nos currículos do ensino médio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.687, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.689, que acrescenta dispositivos à Lei nº 13.414, de 23/12/99, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEL. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.691, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 65, que altera dispositivo da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de LER. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.605, que dispõe sobre o Programa Permanente de Renda Mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97, 13.243, de 23/6/99, 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.655, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.661, que dispõe sobre a estruturação e a organização de sistema de referência hospitalar. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.662, que dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde Vocal. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.665, que institui o Programa de Higiene Bucal na rede estadual de ensino fundamental. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.692, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do Projeto Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI-Cidadão. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 58ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 11/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 489/99, do Deputado Bené Guedes; 1.210/2000, do Deputado Alberto Bejani; 1.341/2000, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 66ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 11/4/2001

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.286/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.085/2001, do Deputado Wanderley Ávila; 2.088/2001, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Finalidade: debater com convidados o tema "Transporte Alternativo".

Convidados: Presidentes da SETRANSP, Sr. Iraci de Assis Cunha; da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Sérgio Luís Staino Ferrara; da BHTrans, Ricardo Mendanha; da CUT-GBH, Lúcio Célio Guterres; e representantes do Colegiado SINTTASP-MG; da FETRAEMG, Sr. Neemias de Souza; da ATTA, Sr. Jair Ribeiro Alves dos Santos; da PMMG, Cel. Severo Augusto da Silva Neto; da COOPERVANS, José Profeta dos Santos; da URBEL, Sra. Maria Gezica Valadares; do DER-MG; Sr. Maurício Guedes de Mello.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 49ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 11/4/2001

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 49/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Carlos Andrada, Dinis Pinheiro e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/4/2001, às 14h30min, no Auditório das Comissões, com a finalidade de se debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 49/2001.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2001.

Márcio Kangussu, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.408/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

O projeto de lei, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, visa a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ipuíuna, com sede nesse município.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juricidade, constitucionalidade e legalidade.

Cumpra agora a este órgão colegiado apreciá-la conclusivamente, nos termos do art.103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A entidade em exame tem por finalidade prestar assistência ao excepcional para recuperá-lo e integrá-lo na sociedade.

Para a consecução de seus objetivos, organiza escolas, cooperativas e oficinas pedagógicas, além de estabelecer convênios com outras instituições congêneres, órgãos públicos e

empresas, no intuito de obter informações e recursos para propiciar uma vida melhor aos excepcionais, assim como suprir as necessidades da instituição.

O importante trabalho que desenvolve nos leva a conceder-lhe o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Em vista do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.408/2001 nos termos em que foi apresentado.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2001.

João Leite, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.417/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

A proposição em estudo é de autoria do Deputado Ermano Batista e objetiva declarar de utilidade pública a Creche Casulo Amor à Criança, com sede no Município de Mantena.

A Comissão de Constituição e Justiça, após examinar preliminarmente o projeto, considerou-o jurídico, constitucional e legal, na forma apresentada.

Agora, no intuito de dar prosseguimento à tramitação da matéria, cabe a este órgão colegiado apreciá-la, conforme estabelece o art. 103, I, "a" do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Creche Casulo Amor à Criança é uma entidade civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é assistir e promover o desenvolvimento da criança e do adolescente, visando integrá-los na sociedade.

Por meio de campanhas e convênios firmados com órgãos e entidades congêneres, atua no combate à fome e à pobreza dos habitantes do referido município.

Além disso, oferece meios para garantia da saúde da gestante e de sua família, incentivando o aleitamento materno e promovendo campanhas de combate a doenças transmissíveis, em parceria com os órgãos competentes.

Torna-se, assim, merecedora do título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelos motivos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.417/2001 como formulado originariamente.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2001.

João Leite, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.426/2001

Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 1.426/2001, do Deputado Rogério Correia, objetiva declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Nova Gameleira, com sede no Município de Belo Horizonte.

Publicada em 16/3/2001, vem a matéria a esta Comissão para exame preliminar, conforme dispõe o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Examinada a documentação anexa ao referido projeto, concluímos que ela se encontra em conformidade com o disposto na Lei nº 12.972, de 27/7/98, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública e estabelece os requisitos necessários à sua efetivação.

Assim sendo, não encontramos óbice à tramitação da proposta de lei ora analisada.

#### Conclusão

Diante do relatado, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.426/2001, na forma original.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente - Dilzon Melo, relator - Rêmolo Aloise - Ermano Batista.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.360/2001

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em exame tem por objetivo determinar aos estabelecimentos bancários situados em Minas Gerais a instalação de assentos nas filas especiais para os aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Vem agora a matéria a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe visa a determinar aos estabelecimentos bancários a instalação de assentos nas filas especiais para idosos, gestantes e deficientes físicos.

A matéria guarda seu mérito ao procurar garantir maior conforto às pessoas que, quanto ao aspecto físico, estão em situação de desvantagem. A proposição ora apresentada apenas procura regulamentar uma situação já existente na prática em vários estabelecimentos bancários do Estado. Essa iniciativa, somada ao que dita a Lei nº 10.387, de 1992, que garante atendimento prioritário às mesmas pessoas citadas nesta proposição, será mais adequada às normas legais se for apresentada na forma do Substitutivo nº 1, proposto pela Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.360/2001 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2001.

João Leite, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.130/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.130/2000, do Deputado Gil Pereira, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC -, com sede no Município de Montes Claros, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.130/2000

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC - Diocese de Montes Claros, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC - Diocese de Montes Claros, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Ailton Vilela, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.217/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.217/2000, do Deputado Pastor George, que declara de utilidade pública a Obra Social e Beneficente da Igreja Verdadeira de Nosso Senhor Jesus Cristo, com sede no Município de Contagem, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.217/2000

Declara de utilidade pública a entidade Obra Social e Beneficente da Igreja Verdadeira de Nosso Senhor Jesus Cristo, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Obra Social e Beneficente da Igreja Verdadeira de Nosso Senhor Jesus Cristo, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Ailton Vilela, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.224/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.224/2000, do Deputado Antônio Júlio, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – Moema, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.224/2000

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Moema, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art - 1º: Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Moema, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Ailton Vilela, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.245/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.245/2000, do Deputado Álvaro Antônio, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO -, com sede no Município de Lavras, foi aprovado em turno único, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.245/2000

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas de Lavras - ABRAÇO -, com sede no Município de Lavras.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas de Lavras - ABRAÇO -, com sede no Município de Lavras.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Ailton Vilela.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.247/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.247/2000, da Deputada Maria Olívia, que declara de utilidade pública o Conselho Central de Arcos da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Arcos, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

## PROJETO DE LEI Nº 1.247/2000

Declara de utilidade pública o Conselho Central de Arcos da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Arcos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Central de Arcos da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Arcos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Ailton Vilela.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 227ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 4/4/2001

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para prestar uma homenagem póstuma ao avô do nosso colega Deputado Antônio Carlos Andrada e à sua família, vazada nos seguintes termos. (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve, na forma regimental, vem comunicar a V. Exa. e à Casa o falecimento, ocorrido hoje, em Barbacena, do Major-Brigadeiro Doorgal Borges, brilhante figura da Aeronáutica que teve atuação destacada em importantes fatos da história brasileira e participação em empreendimentos de grande interesse para o País e nosso Estado, durante quase meio século de vida militar.

O Brigadeiro Doorgal Borges, nascido no Rio de Janeiro em 1905, era filho do advogado e poeta João Afonso Borges e de Amália Chaves de Oliveira Borges. Ingressou na vida militar em 1923, como aluno da Escola de Sargentos Instrutores do Exército, tendo sido declarado Oficial Aviador Militar na turma de 1932. Quando no Exército, em 1926, com 21 anos, foi comissionado como Tenente e percorreu várias regiões do País em perseguição à Coluna Prestes.

Em 1934, foi designado para organizar o Aeroporto da Pampulha e, após cumprir essa missão, foi o 1º Comandante daquele Destacamento de Aviação, que integrava a rota do Correio Aéreo Nacional, trajeto Rio de Janeiro - Fortaleza, com escala em Belo Horizonte.

Voltando para o Rio, foi instrutor de bombardeio e tiro na Escola de Aviação do Campo dos Afonsos, sendo transferido posteriormente para Curitiba, PR. Durante a Segunda Guerra Mundial, serviu na Base Aérea do Recife comandada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, fazendo parte do Alto Comando que patrulhava o litoral brasileiro. Em 1942, foi transferido para os EUA, onde serviu por dois anos e meio, até o término da guerra. Transferiu-se da Aviação do Exército para a FAB no posto de Capitão-Aviador, quando da fundação do Ministério da Aeronáutica.

Como Tenente-Coronel, comandou a Escola Preparatória de Cadetes do Ar - EPCAR -, sediada em Barbacena, durante o período de 1952 a 1954, como seu 3º Comandante, quando consolidou as estruturas básicas daquela instituição educacional.

Em 1955, o Brigadeiro Doorgal Borges foi nomeado Sub-Chefe da Casa Militar da Presidência da República e, na vigência do parlamentarismo, 1961/1962, foi Chefe de Gabinete do Ministro da Aeronáutica Clóvis Travassos.

Comandou, por designação do Ministro Eduardo Gomes, no Governo do Marechal Castelo Branco, a então V Zona Aérea, com sede em Porto Alegre, de 1964 a 1966, convivendo com um período de turbulência política naquele Estado.

Teve, ainda, seu nome cogitado para a Pasta do Ministério da Aeronáutica no final da década de 60. Foi promovido a Major-Brigadeiro em 1966, vindo a aposentar-se, isto é, entrou para a reserva, no início de 1969, passando então a residir com a esposa Maria Helena Brito Borges em Barbacena, na chácara de sua filha Amália Borges de Andrada, até outubro de 1970, quando ficou viúvo.

No ano seguinte, voltou a residir no Rio de Janeiro, casando-se em segundas núpcias com Maria Urânia Araújo Borges, que lhe sobrevive.

Do seu primeiro casamento, deixa três filhas: Amália Andrada (casada com o Deputado Federal Bonifácio Andrada), Ângela Lampert (casada com o Cel. Luiz Lampert) e Maria Angélica Nery (viúva do Diplomata Sérgio Nery), além de 17 netos e 28 bisnetos.

Na oportunidade, este Deputado solicita seja consignado nos anais da Casa um voto de pesar pelo falecimento do ilustre militar, dando-se conhecimento desta iniciativa à família enlutada, na pessoa da Sra. Amália Borges de Andrada, à Rua Pium-i nº 31, ap. 203, nesta Capital".

Então, gostaríamos de reiterar as nossas homenagens a esse grande homem, a esse Major, Brigadeiro Doorgal Borges, avô materno do nosso Toninho Andrada, que nos deixa um grande legado - foi um militar exemplar, que serviu ao Estado e ao Brasil, aqui e no exterior, dando um exemplo de patriotismo durante toda sua vida, nos vários setores em que serviu às nossas Forças Armadas. Também deixou seu exemplo de esposo e de pai extremado para todos os seus filhos, entre eles a esposa do Deputado Bonifácio Andrada, pai de nosso Toninho Andrada.

Dessa forma, passou a ser exemplo para todos nós, para todo o povo de Minas Gerais, e entrou para a história do Brasil. Então, peço permissão à Presidência para, em nome do Legislativo mineiro e em nosso nome, reiterar os nossos sentidos pêsames à família enlutada.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)\* - Quero compartilhar desse voto de pesar ao nosso colega Deputado Antônio Carlos Andrada, ao seu pai e a toda a sua família, por essa perda, que todos lamentamos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, amigos que nos visitam nas galerias desta Casa e que nos acompanham pela TV Assembléia, inicialmente, os meus sentimentos a toda a família dos Deputados Antônio Carlos Andrada e Bonifácio Andrada, pela perda que, sabemos, machuca a todos da Zona da Mata e - por quê não? - de Minas Gerais.

Sr. Presidente, esta é a primeira vez que tenho oportunidade de estar na tribuna desta Casa após a penúltima quinta-feira, quando foi marcada reunião extraordinária da CPI da Saúde, à qual esteve presente o Prefeito de Juiz de Fora, Dr. Raimundo Tarcísio Delgado. Não estava presente porque minha esposa saiu da sala de cirurgia às 4 horas da madrugada de quinta-feira.

Aproveitando-se da minha ausência, o Prefeito falou - tenho a fita gravada dessa CPI -, desavergonhadamente, mentiras a respeito da saúde em Juiz de Fora. O Prefeito teve a coragem de dizer que a saúde em Juiz de Fora vai bem, quando saiu publicado hoje, na "Tribuna de Minas", de Juiz de Fora, que a cidade, com mais de 500 mil habitantes, tem apenas duas ambulâncias. Duas ambulâncias no Pronto-Socorro de Juiz de Fora, do SUS, que tem a gestão do Prefeito. Matias Barbosa tem quatro ambulâncias. Piquiri, três. Juiz de Fora, duas. E pessoas perdendo a vida por falta de socorro. Se alguém liga para buscar o resgate, só atendem em caso de morte. Não atendem em casos em que a pessoa pode ser tratada, mas não pode andar. Lamento profundamente essa situação.

Aproveito a presença do Deputado Hely Tarquínio - que falou claramente nesta CPI que em Juiz de Fora está tudo bem -, para que diga se conhece a cidade, se vive o seu dia-a-dia, se presença, como nós, pessoas morrendo sem atendimento, sem medicamento; pessoas morrendo quando recebem uma receita de R\$180,00, R\$200,00, e a Prefeitura não tem o medicamento para dar; crianças morrendo porque falta leite infantil. Gostaria de conceder aparte ao Deputado Hely Tarquínio, caso queira, para que me esclareça isso, porque moro em Juiz de Fora e não teria a coragem de dar opinião a respeito da saúde na sua cidade, porque não a conheço. Conheço a minha, que se chama Juiz de Fora. E lamento isso, porque faço parte dessa CPI e trabalho com seriedade. Sei que V. Exa. é médico e quero crer que ainda não perdeu a sensibilidade humana, porque, para ser médico, tem de tratar o cidadão com decência, com humanidade, acima de tudo.

No entanto, o Prefeito veio aqui, mentiu descaradamente, e V. Exa. concordou. São R\$5.000.000,00 do SUS e R\$5.000.000,00 do orçamento municipal, totalizando R\$10.000.000,00 por mês. Será que com tais recursos não se pode fazer um atendimento decente em Juiz de Fora? Será que são gastos R\$20.000,00 por mês para o pagamento do aluguel de um prédio que ainda nem começaram a construir? Já são mais de R\$180.000,00 gastos com um prédio abandonado, onde deveria ser feito um hospital, que não sai nunca.

Espero que V. Exa. entenda que a minha posição não é pessoal, mas com relação à CPI, ao seu posicionamento sobre a saúde em Juiz de Fora, que, volto a afirmar, V. Exa. não conhece.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, V. Exa. está totalmente mal-informado. Sugiro-lhe que peça uma fita da reunião. Se V. Exa. entendeu que fiz algum elogio à saúde em Juiz de Fora, está enganado. Podemos conferir o significado das palavras usadas nas frases, no texto gravado. Ficou claro para todos os Deputados que Juiz de Fora tem um diagnóstico de saúde sofrível, como toda cidade-pólo do Estado. Lá existem mazelas funcionais no pronto-socorro, que não está no lugar devido. O Prefeito, com dois ou três mandatos, justificou, politicamente, como quis. Encaminhamos várias denúncias à CPI de Juiz de Fora, que é o foro competente para fazer esses exames sob o ponto de vista constitucional e legal.

O Deputado Alberto Bejani - Deputado Hely Tarquínio, farei um adendo e retorno o aparte a V. Exa. A CPI da Saúde em Juiz de Fora não saiu, porque um Vereador do PSDB, do seu partido, havia assinado o pedido, sendo o sétimo Vereador. No entanto, retirou a assinatura, trocando-a por um terreno da própria igreja. Informo-lhe, também, que já tenho a fita da reunião.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Fizemos as críticas comuns a todas as cidades-pólos do Estado. O Município de Juiz de Fora está desestruturado do ponto de vista da saúde. Recebemos as justificativas mais complexas, inclusive a de que recebe doentes até do exterior, porque tem estrutura para tal. É uma cidade aquinhoada com boa estrutura. No entanto, a sua administração não é diferente das outras cidades-pólos de Minas. É uma administração sofrível, enfrentando problemas relacionados com os contratos administrativos. Estou falando sobre a estrutura administrativa. Fomos bastante claros no que tange ao atendimento em Juiz de Fora, dizendo que a situação não é diferente das outras cidades-pólos e que a saúde tem um diagnóstico sofrível.

Não houve prosseguimento para se conhecer mais, porque V. Exa. nos informou que estava sendo constituída CPI em Juiz de Fora. Se existissem verbas direcionadas diretamente para lá, a CPI da Assembléia, constitucionalmente, teria o direito de ouvir pessoas de lá. Por isso, foi encerrada regimentalmente. No entanto, não houve elogios à área da saúde, porque as estatísticas sobre a letalidade, os atendimentos primário, secundário e complexo estão sofríveis. Podemos conferir a fita, já que V. Exa. entendeu dessa forma. Peço desculpas ao Plenário se, porventura, cometi equívoco no momento de fazer as considerações naquela reunião. Houve um tratamento cordial, porque faz parte de nosso procedimento. Obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - O tratamento cordial, Deputado Hely Tarquínio, faz parte da educação de berço. Vamos ouvir a fita juntos. V. Exa. engrandece as nossas palavras.

Tenho interesse em falar sobre a saúde que estou vendo. E estou vendo crianças que morrem por falta de atendimento; estou vendo o pobre, cujo plano de saúde é o SUS, sendo tratado pior do que animal, porque vários animais têm veterinários, que os tratam com muito carinho. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que quero falar diz respeito a Belo Horizonte, à BHTrans. Um cidadão pagou R\$150,00 de multa por ter colocado o carro num estacionamento não permitido e pagou R\$181,00 de reboque. O reboque em Belo Horizonte é mais caro do que a multa. Isso é um assalto.

Concederei aparte ao Deputado João Leite, que conhece melhor Belo Horizonte. Alguns dizem que Juiz de Fora não é Minas, o que não é verdade. A única coisa que lamentamos é o Governador que temos; a cidade é maravilhosa.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Nobre Deputado Alberto Bejani, acompanho com atenção a denúncia que V. Exa. traz para a Assembléia Legislativa. Esse é um verdadeiro escândalo. A BHTrans paga R\$30,00 às empresas por um reboque e elas cobram R\$150,00 das pessoas. A diária para o carro permanecer no pátio custa R\$30,00, o reboque custa R\$150,00. A pessoa paga então R\$81,00 mais a multa de R\$127,69. Quer dizer, são quase R\$400,00 pagos por estacionar em local proibido. Mas estamos vendo uma decisão da Prefeitura de Belo Horizonte: o Prefeito de Belo Horizonte e o Sr. Fernando Pimentel querem recriar o imposto de combustível. São 3% do que é arrecadado com óleo diesel e gasolina; algo que já estava ultrapassado em nosso País. É um escândalo o que está havendo em Minas Gerais. Quem pagará? Essa mesma pessoa que está pagando quase R\$400,00 à Prefeitura. Espero que a Comissão que V. Exa. está presidindo, e sempre com a garra que V. Exa. demonstra neste parlamento, chame a BHTrans e chame o Prefeito de Belo Horizonte para explicar o que está sendo feito contra o povo de Belo Horizonte. A população não pode pagar por essa má administração e não pode pagar por esse déficit na Câmara de Compensação Tarifária. A Prefeitura retirou Belo Horizonte da Câmara de Compensação Tarifária da Região Metropolitana e agora diz que a grande solução é voltar Belo Horizonte para essa Câmara. Mas acha que a grande solução é cobrar R\$150,00 de reboque. Isso é um acinte. Creio que a Assembléia Legislativa tem que intervir na situação.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Deputado Alberto Bejani, desejo cumprimentá-lo pela sua fala. No caso da BHTrans, quero apoiá-lo, porque é um absurdo o que está acontecendo. O maior absurdo são os radares instalados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER. Percorremos todas as estradas de Minas e, quando as percorrermos, vimos que há empresa particular multando as pessoas que trabalham em nosso Estado. Precisamos fazer um movimento porque o nosso povo já não agüenta tantas multas que estão sendo aplicadas. Quase todos os carros de Minas Gerais, do Norte de Minas e do interior, não têm condições de percorrer as estradas devido as muitas multas que esses veículos já têm. Infelizmente, os proprietários não têm condições de pagar. Há pessoas que nem se venderem o automóvel terão condições de pagar. Devemos nos mobilizar e tomar as providências devidas. Parabéns pelo pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Quero apenas dizer ao Deputado Dimas Rodrigues que o DNER está com o PMDB. Como esse partido é de V. Exa., não precisa reclamar tanto, basta solicitar que o PMDB tome as providências necessárias.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Sr. Presidente, apenas quero dizer que citei o DENATRAM.

O Deputado Alberto Bejani - Quero encerrar o meu pronunciamento dizendo que a comissão especial da Casa que está averiguando todas as multas, com certeza, vai se transformar em CPI não do DNER ou das multas, mas sim do IPEM. O Instituto de Pesos e Medidas já mostrou, por meio das denúncias que chegaram de um ex-Diretor, que não há problemas

apenas com os radares. Há também balanças de hipermercados e de pesagem de caminhões com problemas e, ainda, bombas de gasolina. Segundo as informações do ex-Diretor, essas máquinas estão com selo de aferição, porém não foram aferidas. Vamos verificar.

Sr. Presidente, quero dizer que muito me honra falar nesta Casa, quando é presidida por V. Exa. Trata-se de pessoa muito simpática e me dá o prazer de olhar e falar: meu Presidente. Por isso, estou feliz.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Benê Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes nas galerias e meus amigos da imprensa, no ano passado tivemos a oportunidade de ver instalada em Leopoldina, por meio de um pedido que fizemos à Presidência da Casa, a TV Assembléia. Na oportunidade, o Presidente Anderson Aduino nos honrou na Zona da Mata. Pela primeira vez, a primeira cidade a receber os sinais da TV Assembléia recebeu com muito carinho o Presidente e todos os Deputados.

A partir daquele momento, pensávamos que a cidade, em termos de informação a respeito de Minas Gerais, principalmente a respeito da Assembléia, viveria um novo tempo.

Bem, isso ocorreu no final do ano passado. Recentemente, em visita a nossa cidade, o amigo Deputado Durval Ângelo, em reunião com alguns companheiros seus, recebeu uma denúncia que dizia que a Prefeitura de Leopoldina não estava mantendo os sinais da TV Assembléia e, conseqüentemente, estava fora do ar. Pude confirmar isso.

Esperamos, nessa hora, que, caso haja realmente uma falha técnica - prefiro acreditar nisso do que em uma retaliação a minha pessoa -, a Prefeitura de Leopoldina restabeleça o sinal, cumprindo o convênio com a Assembléia, uma vez que os recursos que lá chegaram para a instalação da TV Assembléia são oriundos unicamente desta Casa.

Mantenho com o Prefeito de Leopoldina, Dr. José Roberto de Oliveira, a bem da verdade, cordiais relações de amizade. Não temos, absolutamente, nada um contra o outro. Queremos que a TV Assembléia possa voltar a funcionar para a satisfação de todos nós, para a satisfação do povo da minha querida cidade, que aprendeu a conviver com a informação que a Assembléia dá. Por meio da tevê, todos os Deputados são vistos e podem prestar contas daquilo que estão fazendo. Portanto, isso é da maior importância.

Feito esse comentário, vou abordar um outro assunto relacionado a um amigo extraordinário, que hoje ocupa a Secretaria de Estado da Segurança como Secretário titular, o Dr. Márcio Barroso Domingues, meu amigo de infância e contemporâneo à época do antigo Ginásio Leopoldinense, posteriormente Colégio Estadual Prof. Botelho Reis. Ao vê-lo à frente dos destinos da Secretaria, fico feliz, porque se trata de um profissional da mais alta competência, sério, honesto, com uma carreira brilhante de quase 30 anos na vida pública. Teve, como espelho de vida, seu saudoso pai, que também foi Deputado Estadual em Minas pela Zona da Mata.

O Deputado Luiz Menezes (em aparte)\* - Não posso dizer o mesmo do Sr. Secretário da Segurança. Na semana passada, pedi a ele que marcasse um horário para eu lhe falar. Ele marcou para ontem.

Fui à Secretaria, e a recepcionista pediu que eu esperasse. Esperei mais de 40 minutos. Chegaram mais duas pessoas, que também se assentaram para esperar. Na hora de me atender, ele disse que não poderia, porque iria atender outra pessoa.

Sou Deputado eleito por uma comunidade que fornece muitas divisas ao Brasil. Sou eleito por uma cidade que está presente em todos os momentos, porque toda moedinha que o senhor pega tem o minério de Itabira, em todo talher inoxidável há minério de Itabira. Fui eleito por uma cidade cujo ICMS é maior do que o de Juiz de Fora. Mas este Deputado não pôde ser atendido, porque S. Exa. o Secretário esqueceu. Pergunto: "o que é isso?". Eu não fui nomeado, mas eleito por uma comunidade. Deixo aqui os meus protestos contra a indelicadeza do Sr. Secretário. Quando ele esteve em Itabira, dei a ele uma assistência diuturna, acompanhei-o o tempo todo.

Nós, itabiranos, temos por costume o seguinte: quando nos dão uma patada, murchamos as sete orelhas e damos com as quatro patas.

O Deputado Benê Guedes - Deputado Luiz Menezes, compreendo sua fala, mas devo dizer que, apesar de suas alegações - e respeito V. Exa. como colega, amigo e Deputado -, prefiro acreditar que tenha havido algo para que o Secretário não pudesse atendê-lo de imediato. Isso ocorre em todas as Secretarias.

Quando, pela primeira vez, trabalhei em um gabinete da Prefeitura, o Prefeito ensinou-me que, quando chegasse um Vereador ou Deputado, deveria ser logo atendido, não por privilégio, mas por uma questão política. Mas prefiro acreditar que o Secretário Márcio Domingues - sobre o qual não mudo meu conceito: continuo afirmando que é grande figura - saberá, na hora certa, conversar com V. Exa., dando um passo atrás se necessário, já que é humilde e muito aprendeu com seu pai, Deputado e Secretário da Educação. Certamente, isso acontecerá, pois V. Exa. merece todo o respeito. Com toda a lealdade que devo a V. Exa. e a meus colegas, essa é a primeira vez que vejo uma crítica ao Secretário Márcio Domingues. Entretanto, na vida pública, estamos sujeitos a isso, pois ninguém é unanimidade e está sujeito a falhas.

Na Secretaria, temos também uma pessoa da cidade de Recreio, o Secretário Adjunto José Antônio Moraes, por quem tenho grande respeito e que, certamente, é conhecido desta Casa, pelo seu jeito de tratar a todos. Ele e o Secretário estiveram comigo em Leopoldina, na semana passada, para inspecionar as obras relacionadas com a nova sede da regional de polícia, que estão bem adiantadas, graças ao trabalho da comunidade, aliado às verbas do Estado. Contamos, também, com a ajuda da maçonaria, através da Loja Paladinos da Liberdade, comandada pelo Venerável Bernardo. Está havendo esforço conjunto para erguer a Delegacia Regional de Polícia, criada há alguns anos pelo Deputado José Domingues, pai do atual Secretário, e hoje comandada pelo Dr. Nelson Constantino, com muita propriedade.

Na cidade, vemos reinar a paz e a concórdia, apesar de alguns problemas, já que Leopoldina é cortada pela Rio-Bahia e três rodovias e está próxima a Juiz de Fora e ao Rio de Janeiro, estando aberta a uma população flutuante, que às vezes traz complicações para o dia-a-dia da cidade.

Hoje à noite, Leopoldina deverá receber a visita do Secretário da Administração e Recursos Humanos, Dr. Frederico Penido, e do Secretário de Turismo, Dr. Manoel Costa. Estaremos lá, porque esse é um encontro importante para a região da Zona da Mata, que está prosperando e vê grande saída para seu desenvolvimento no turismo e em outras áreas, como a fruticultura.

A presença de autoridades do Estado tem sido uma constante na cidade, e a vemos como boas perspectivas, já que podem nos trazer soluções. Temos uma regional da administração funcionando lá, mas não está bem, precisando ser reaquecida, para que possa exercer o papel para o qual foi criada. Com a presença do Secretário Frederico Penido, teremos a oportunidade de encontrar soluções.

Quero tratar também da questão da saúde e de nossa regional. Trabalhamos muito por essa regional, que foi criada no Governo Hélio Garcia e vinha cumprindo seu papel, quando, de um momento para outro, foi totalmente descaracterizada com a chegada à sua direção de um médico de Cataguases, Dr. Jaime Afonso, que passou a fazer politicagem em Leopoldina, objetivando sua candidatura a Deputado Estadual.

Mas teve vida curta, pois tanto aprontou, que, na iminência de ser contemplado com uma CPI, resolveu pedir demissão do cargo. Isso foi importante para todos. Acreditamos que, com a nova indicação - que não foi feita por mim, pois a regional não é minha, e não desejo uma regional para fazer política -, a regional da Zona da Mata, na cidade de Leopoldina e nas outras, que são 15, seja tratada de forma igualitária. Para isso, estamos aceitando, com toda a tranquilidade, a indicação do Prefeito de Leopoldina, Dr. José Roberto, que, por meio do Dr. Saulo Moreira, indicou o médico Dr. Márcio Guida, cuja família é nossa amiga há longa data.

Com relação a esse jovem que está sendo direcionado para ocupar esse importante posto, esperamos que cumpra o seu papel com dignidade e possa trabalhar diferentemente daquele que foi para lá com a intenção de mudar a regional, descaracterizando-a para ajudar apenas a uma cidade. Atualmente, isso é inadmissível.

Felizmente, a partir de agora, isso deixará de acontecer, tomando outro rumo, porque cairá nas mãos das pessoas que querem trabalhar e projetar o seu nome de outra forma, que não nos envergonhe. Atualmente, não toleramos fatos como esse. Fico feliz em saber que teremos um novo tempo na regional da saúde. Agradeço ao Secretário da Saúde, Gen. Carlos Patrício de Freitas, e ao Chefe de Gabinete, Cel. Duarte, que expôs a sua posição de atender à solicitação do Prefeito de Leopoldina, que é boa para todos e não conta com objeção da minha parte.

O Deputado Alberto Bejani falou há pouco sobre a questão da saúde em Juiz de Fora. O Prefeito Tarcísio Delgado é um homem inatacável. Pela terceira vez, é Prefeito de Juiz de Fora, com todos os méritos. A questão da saúde, lá, enfrenta os mesmos problemas que em todo o Brasil. Nós, da Zona da Mata, que giramos em torno da cidade de Juiz de Fora e a temos como a nossa capital, mandamos doentes para lá todos os dias, porque os nossos hospitais não têm condições de recebê-los. Como a área da saúde lá já atingiu outro patamar, evidentemente esse problema tem sobrecarregado a cidade. Então, o Prefeito paga o pato. Prefiro dizer que é um homem bem-intencionado e que tem lutado por Juiz de Fora com toda a força.

Respeito muito o Deputado Alberto Bejani e espero que as suas críticas sejam construtivas, porque Juiz de Fora precisa de Tarcísio Delgado, do Deputado Alberto Bejani e de todos nós, unidos, para melhorar a área da saúde, com a ajuda do Governo Estadual e Federal, porque as verbas precisam chegar lá para serem bem aplicadas em benefício do povo. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ambrósio Pinto - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para esclarecer um mal-entendido que se refere à arrecadação de impostos, geração de divisas e promoção de empregos.

A notícia divulgada na mídia, recentemente, sobre a transferência da empresa de sucos Tial, localizada em Visconde do Rio Branco, Zona da Mata mineira, não tem o menor fundamento.

Tal inverdade pegou de surpresa a diretoria da renomada empresa. Preocupados com a repercussão negativa que a notícia poderia causar no mercado, prejudicando, inclusive, a excelente relação que mantém com o Governo do Estado, em especial, com o Governador Itamar Franco, foi nos feito um apelo para que, como representantes da região, pudéssemos esclarecer a situação.

Queremos isentar os meios de comunicação de qualquer responsabilidade a respeito disso, pois sabemos que uma notícia dessa natureza, antes de ser publicada, é checada minuciosamente, seguindo as diretrizes que norteiam uma imprensa comprometida com a verdade dos fatos.

Pedimos, apenas, que, nas próximas oportunidades, os diretores da Tial sejam ouvidos a respeito do assunto, evitando, desta maneira, que se publiquem fatos que não condizem com a realidade e podem afetar a imagem sólida da empresa, construída ao longo de muitos anos de lutas.

O segundo motivo de ocuparmos esta tribuna refere-se ao falecimento do Sr. Ronaldo de Paiva Carrara, pessoa pela qual tínhamos grande respeito. (- Lê requerimento em que pede seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Ronaldo de Paiva Carrara, ex-Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo, ocorrido em 2/4/2001. A seguir, apresenta a seguinte justificativa.)

"Justificação: O Sr. Ronaldo de Paiva Carrara, falecido em 2/4/2001, provinha de uma família das mais conceituadas em Santo Antônio do Amparo.

Vereador de 1976 a 1982, elegeu-se Prefeito Municipal em duas oportunidades: de 1989 a 1992 e de 1997 a 2000, quando não mais concorreu à reeleição devido à necessidade de cuidados médicos.

Fez uma grande obra de administração municipal, sendo o Hospital Municipal uma referência em toda a região, tanto que se transformou em hospital-modelo.

Assessorou, nesta Casa, o ilustre Deputado Célio de Oliveira e, na Secretaria da Saúde, foi assessor do então Secretário Rafael Guerra, hoje Deputado Federal.

Deixa a viúva Maryangela Lage Carrara, os filhos Cíntia e Fabrício e, principalmente, uma grande lacuna no cenário político da cidade."

O Deputado Doutor Viana\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores, meus senhores, minhas senhoras, imprensa, dedico alguns minutos a uma reflexão sobre o IPSEMG, que tem acertado ao prestar o melhor serviço aos associados. Quero falar sobre o acerto do Governador Itamar Franco, quando escolheu para presidir aquela instituição um homem de carreira, sindicalista, profundo conhecedor da vida, da essência do IPSEMG, que vem, com muito trabalho, dedicação e seriedade, administrando os destinos do órgão.

Como médico que sou há 25 anos, posso comprovar que tínhamos atraso no pagamento dos serviços médicos de até seis meses. E o Governador Itamar Franco, quando escolheu o Dr. João Diniz Pinto Júnior para ser o Presidente do IPSEMG, também assumiu um compromisso de deixar ali tudo que fosse recolhido do funcionalismo para aquele órgão. Anteriormente isso não vinha sendo feito, uma vez que o dinheiro arrecadado caía na caixa único do Estado e deixava o Instituto desprovido de recursos. Com isso, a dívida do Governo anterior para com o IPSEMG ficou enorme, e este Governo normalizou essa pendência. Hoje o Instituto tem vida financeira própria e vem desenvolvendo um grande trabalho em benefício dos associados.

Quero falar também sobre o resgate da credibilidade, extremamente importante para o bom andamento dos serviços. O órgão hoje goza de credibilidade, está com suas dívidas em dia e não está deixando atrasar seus compromissos financeiros, porque recebe a contribuição dos funcionários filiados.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Acho que tem que ser dessa forma; se existe algum órgão, autarquia ou entidade do Estado que esteja trabalhando sério, gerando bons frutos, cabe a esta Casa mostrar o ponto positivo desse Governo, e, nesse sentido, fazemos coro com suas palavras.

Tenho seguido a história do IPSEMG de Montes Claros e recentemente fiz uma visita e pude constatar a preocupação dos funcionários. Antigamente, era um órgão que não despertava nenhum interesse, nem dos profissionais da área. Muitos médicos trabalhavam alguns meses, um ano, dois anos e não recebiam seus vencimentos. Hoje, já notamos uma procura muito grande do profissional das áreas médica, odontológica, de fisioterapia, fonoaudiologia, enfermagem, etc. E a procura está maior que a oferta.

Há pouco tempo, não acreditava nessa possibilidade, e recentemente foi lançado o IPSEMG Família, que é uma equipe nos moldes do Programa Saúde da Família, para dar assistência integral na área de odontologia. É o dentista que vai à casa do funcionário e o incentiva a se tratar. Essa é a nova forma de administrar o IPSEMG, e Montes Claros hoje é muito bem administrada pela Ana Amélia, uma profissional da mais alta competência. É amiga do funcionário e tem a sua confiança.

Por fim, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e ser testemunha desse ponto alto do IPSEMG de Montes Claros. E, ao cumprimentar a Ana Amélia e todos os funcionários daquele órgão, rendo as minhas homenagens ao Presidente do IPSEMG, Dr. João Diniz Pinto Júnior, que mudou toda a forma de condução do órgão, que hoje, como disse V. Exa., tem a credibilidade e a confiança do povo e do funcionalismo estadual.

Devemos mostrar essa credibilidade ao público, como V. Exa. está fazendo. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana\* - Agradeço as palavras do nobre colega Carlos Pimenta, médico, de Montes Claros, que vem testemunhar a nossa fala.

Gostaria de falar de experiência extremamente positiva: o IPSEMG Família, assunto que V. Exa. já antecipou. Há mais de um ano, vem fazendo o IPSEMG esse trabalho, com excelentes resultados. Como bem disse o Deputado Carlos Pimenta, o IPSEMG é procurado, o que não acontecia há pouco tempo; ou seja, houve inversão de valores, porque voltou a trabalhar com sua potencialidade, com seriedade invejável. Assim, os resultados aparecem.

O IPSEMG Família vem produzindo resultado positivo, não só na assistência direta ao paciente, mas principalmente na saúde preventiva, o que é básico para todos os que trabalhamos na área. O programa está instalado em todas as cidades que são superintendências ou regionais do IPSEMG em nosso Estado, e o atendimento foi ampliado a outros grupos de funcionários, nos Tribunais de Justiça, por exemplo, e vem atingindo agora as cidades-pólos que ainda não são regionais do IPSEMG. Então, o IPSEMG está-se expandindo, com esse programa extraordinário, que conta com vários profissionais da área de saúde: médico, odontólogo, psicólogo, assistente social e enfermeiro, que fazem um trabalho conjunto, visitando as famílias dos funcionários e seus dependentes, dando-lhes assistência completa - se necessário, podem receber assistência, mesmo fora de hora, nos hospitais.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)\* - Doutor Viana, prestando atenção em seu pronunciamento, não posso concordar, no todo, com o que está expondo a este Plenário em relação ao IPSEMG. Mas vou-me ater ao problema do médico da família. V. Exa. disse muito claramente que é um programa que se está expandindo e que apenas as regionais do IPSEMG contam com esse serviço. Veja bem: são, no máximo, 27 regionais, e temos 853 municípios. Colocaram essa prestação de serviço apenas nas cidades-pólos, grandes, que já têm estrutura médica e hospitalar. Então, pergunto: "e aqueles que estão em cidades pequenas, onde o IPSEMG não chega nem nunca chegou, onde não chega a assistência à saúde, onde não há médicos nem dentistas credenciados?".

Entendo, sim, que, nos dois últimos anos, o Instituto mudou muito na área da saúde. Passou a ter nova gestão, competente e autônoma, e foi esta Assembléia que há dois anos, por meio de projeto de lei, na reforma administrativa, deu-lhe a condição de autonomia. Então, gostaria que V. Exa. fizesse um alerta ao Presidente do IPSEMG, para que se lembre de que todo o Estado tem o direito de ter os benefícios da equipe: do médico da família, do dentista, da enfermeira, da psicóloga e do médico-chefe, porque é um serviço fundamental. Não podemos deixar, em hipótese alguma, que somente as regionais contem com isso. E o resto? São 11% descontados na folha de 490.000 funcionários; ou seja, é um Instituto capitalizado. Então, temos de estender esse trabalho aos demais, àqueles que mais necessitam. Obrigado.

O Deputado Doutor Viana\* - V. Exa. faz observação extremamente importante, Deputado Rêmoló Aloise, mas adianto algumas informações que tive a esse respeito. O Estado é muito grande, e a assistência vai-se estendendo gradativamente. Mas isso já foi instalado em todas as regionais e, agora, está sendo instalado em cidades-pólos, mesmo que não sejam regionais do IPSEMG. Essa segunda fase do programa já foi iniciada.

E assim vai, gradativamente, crescendo, porque não se faz de uma vez um trabalho tão complexo. Então, está sendo feito com muita propriedade, e a tendência é ir atingindo, cada vez mais, o maior número de cidades possível.

Outra questão importante é a farmácia básica, que está funcionando e ajudando muitas pessoas em todo o nosso Estado e que também vem crescendo, porque não está totalmente estabelecido o trabalho do Instituto. Está em fase de crescimento, uma vez que vinha, cada vez mais, se tornando deficiente e deficitário.

Já é do meu conhecimento que o Instituto vai mandar para esta Assembléia um projeto de lei, para que se possa também estabelecer a aposentadoria para os funcionários do Estado. Com isso, vai facilitar, primeiramente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que pede seja criado o fundo de aposentadoria. O IPSEMG está concluindo essa proposta para mandá-la à Assembléia. É coerente, uma vez que ganhou mandado de segurança contra o INSS, que não queria, em hipótese nenhuma, permitir que o Instituto estabelecesse aposentadoria. Ora, o Estado vai ser beneficiado, porque lhe será facilitado cumprir o que manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque são recolhidos de 21% a 23% de INSS ao Estado, para o seu funcionalismo, relativamente à aposentadoria, enquanto o IPSEMG está estruturado para, com um aumento de tão-somente 4%, dar também a aposentadoria aos funcionários do Estado, atingindo, até mesmo, os que não são efetivos, que são contratados, que são hoje cerca de 180 mil. Esses não têm o benefício da aposentadoria e compõem, com outros funcionários, um grande número de injustiçados do Estado que serão beneficiados.

Não dá tempo para relatar tudo, mas quero trazer esse trabalho novo que vem sendo executado no IPSEMG, por isso parabeno o seu Presidente, Dr. João Diniz Pinto Júnior, e toda a sua diretoria, desejando-lhe muito sucesso e que envie o mais rapidamente possível esse projeto à Assembléia, para que possamos acabar com essa injustiça e proteger com a aposentadoria todos os funcionários públicos, contratados, estáveis ou não, de nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, senhores visitantes, alguns assuntos trazem-me à tribuna na tarde de hoje. Esta semana, acompanhado de diversos moradores, líderes comunitários da região Noroeste e da Pampulha, especificamente da Associação dos Moradores do Residencial Sarandi - AMORES -; da Associação Comunitária do Bairro Itatiaia - ACBI -; da Associação dos Moradores do Bairro Itatiaia - ASMOBI -; igrejas evangélicas, a Igreja Católica, a Associação de Pais e Mestres das Escolas de Ensino Fundamental, solicitamos que nessa microrregião especificamente nos Bairros Celso Machado, Confisco, Residencial Sarandi, Santa Teresinha, Saramenha, Serrano e Itatiaia, fosse construída uma escola de 2º grau.

Sr. Presidente, segundo um levantamento, existe grande quantidade de alunos que, após se formarem no ensino fundamental, não têm como prosseguir seus estudos, devido à falta de escola de ensino médio próxima a esses bairros.

O Secretário Murílio Hingel manifestou a maior boa-vontade com relação ao nosso pleito e prometeu envidar todos os esforços, a fim de conseguirmos essa escola de ensino médio para aquela região. Estamos encaminhando ofício ao Prefeito, pois é de grande importância que a Prefeitura providencie o terreno para a construção da escola. A própria comunidade, empenhando-se, encontrou o terreno, próximo à Av. Serrano, onde poderemos construir a escola.

Esse é um assunto extremamente importante, pois o município não tem mais responsabilidades para com o ensino médio, apenas com o fundamental. Portanto, Belo Horizonte tem sido extremamente prejudicada, principalmente nessas regiões, em que identificamos grande demanda. Felizmente, estamos recebendo do Secretário um sinal verde para que possamos, após a conquista do terreno junto à Prefeitura, iniciar a construção dessa tão sonhada escola.

Outro assunto diz respeito à Corregedoria que está sendo criada pelo Governo Federal. Apesar de ser bem-vinda, lamento que os Senadores e Deputados Federais estejam insistindo em desconhecer que a corrupção é generalizada no plano federal. Portanto, a única forma de efetivamente irmos a fundo nessa questão é por meio de CPI. Alguns partidos têm tentado se beneficiar politicamente disso. É necessário um diálogo, um acordo entre os líderes partidários, porque a sociedade exige esse respeito, essa participação e essa iniciativa por parte do Congresso Nacional.

Trago aos Deputados e ao Governo do Estado humilde contribuição. Já está apto para vir ao Plenário, porque já foi aprovado pelas comissões, o projeto que institui a Ouvidoria da Licitação. As maiores suspeitas nos três níveis, ou seja, federal, estadual e municipal, recaem sempre nas licitações. Pensando assim, entramos com esse projeto nesta Casa. Obtive dos meus pares a maior sensibilidade. No entanto, precisamos que o Governo do Estado absorva essa idéia, porque a Ouvidoria das Licitações é um foro democrático e importante no combate a esse câncer generalizado, que é a corrupção.

Outro assunto é que hoje, acompanhado do Vereador Balu, do PMDB de Sete Lagoas, e do Pastor Alcides - que representavam a Comissão de Meio Ambiente daquela cidade -, tivemos uma audiência com o Diretor de Distribuição da CEMIG, a quem levamos uma idéia que, sem dúvida, será alternativa a esse grave problema discutido pela sociedade brasileira, ou seja, a questão energética. O Governo Federal equivoca-se ao entender que a privatização de Furnas resolverá o problema. A sociedade mundial está pagando um preço pela irresponsabilidade de não ter tido atenção e respeito para com o planeta Terra.

E hoje a sociedade mundial está pagando por isso. Portanto, não é privatizando Furnas que vamos resolver a questão.

Mas, sem dúvida, temos que ter iniciativa, temos que ter criatividade. E, por meio do Secretário do Meio Ambiente de Sete Lagoas, tivemos uma idéia: em Sete Lagoas existem 35 altos-fornos que dissipam energia muito grande pelas chaminés. E hoje já temos, no Mato Grosso do Sul, a SIDERSUL, fazendo um trabalho de transformar em energia esse calor

dissipado. É uma idéia que não é original, mas, em Minas Gerais, é a primeira vez que se fala nisso. O Diretor da CEMIG recebeu o assunto com muito boa-vontade e vai providenciar os estudos. Já, inclusive, disponibilizou um técnico para estudar a questão. É uma alternativa para produzirmos energia em Sete Lagoas. Para terem uma idéia, a cidade de Sete Lagoas consome 38.000MW por mês, e as 35 usinas poderiam gerar energia na ordem de 70.000MW. Energia mais do que suficiente para resolver o problema de Sete Lagoas por que não também das cidades vizinhas, como a minha cidade natal, Cachoeira da Prata?

Portanto, é com muita alegria que registramos essa iniciativa da Comissão de Meio Ambiente de Sete Lagoas, que é presidida pelo companheiro do meu partido, Vereador Mário Lúcio Balu, que traz essa contribuição da alternativa energética.

Outra questão que nos traz a esta tribuna é a solicitação que estou fazendo à Mesa Diretora desta Casa para que possamos constituir comissão de Deputados para acompanhar o término da primeira etapa e o início da segunda das obras da ETE - Arrudas, uma vez que essa obra trará para os moradores da Grande BH melhor qualidade de vida e que a COPASA possui vários projetos desse nível para serem implantados no interior do Estado.

Lembro-me de que, na década de 90, quando era Vereador, trouxe aqui o nosso querido paisagista Roberto Burle Marx. Naquela oportunidade, ao consagrá-lo com o título de cidadão honorário de Belo Horizonte, estive conosco também no canteiro onde seria construída a futura estação de tratamento de esgoto. Naquela época não tínhamos ainda a solução definitiva da urbanização do Arrudas, mas já lutávamos para a sua despoluição e fizemos, inclusive, o primeiro seminário para a despoluição do Arrudas. E hoje, felizmente, a ETE - Arrudas é uma realidade. É evidente que Deputados votados em Belo Horizonte, como por exemplo o Fábio Avelar, que é da COPASA, deverão integrar essa comissão, para que possamos acompanhar o desenvolvimento do trabalho, já que apenas essa fase não resolve o problema, pois estamos apenas no tratamento primário de todo o esgoto sanitário que é recolhido hoje no Arrudas.

Mas, Sr. Presidente, trouxemos a questão da escola por cuja criação estamos batalhando nos bairros Sarandi, Itatiaia e outros; trouxemos o nosso projeto que institui a Ouvidoria da Licitação; trouxemos a questão da formação da comissão para acompanhamento da ETE - Arrudas e o nosso projeto de conversão dos gases de topo do forno de usinas siderúrgicas da região de Sete Lagoas, que são em número de 35, o qual vai resolver o problema de toda a região. É uma alternativa a essa questão energética que está na ordem do dia, não só deste parlamento, mas de todos desse nosso imenso território nacional. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, ao encaminhar o Requerimento nº 1.654/2000, queremos renovar o pedido para que a Mesa da Assembléia Legislativa - e V. Exa., que hoje a preside, é seu membro - faça modificação no Regimento Interno, no que se refere à tramitação de requerimentos. Esse requerimento foi feito no ano passado e tinha o objetivo de subsidiar um projeto de lei de nossa autoria que tramita na Casa. Somente agora, depois de um ano, está sendo votado, para ser encaminhado o pedido de informação.

O mesmo ocorre com o Requerimento nº 1.690/2000, também de minha autoria, em que solicito ao Procurador-Geral da Fazenda Pública a documentação relativa às transações realizadas pelo Governo do Estado, a partir do exercício de 1998, que envolvam a Fazenda Pública Estadual. E vejamos que, na semana passada, o Deputado Rogério Correia fazia denúncia gravíssima da tribuna sobre uma transação entre a Procuradoria do Estado e a Vale do Rio Doce, que envolvia, se não me engano, R\$30.000.000,00.

Fizemos também um requerimento dessa natureza, que, mesmo aprovado pela Comissão de Fiscalização Financeira, apenas agora nos dará a oportunidade de trazer aqui as autoridades, para ouvi-las a respeito do assunto. Queremos essa documentação, mas já faz um ano que a requeremos. Sendo assim, renovo meu pedido para que a Mesa agilize os requerimentos de pedido de informação ao Governo, pois é preciso ter maior celeridade, já que serão subsídio para nossa atuação, a votação de um projeto, uma ação judicial no Ministério Público e outros fins.

O Presidente Anderson Adauto estava sensível à situação, mas não conseguiu a celeridade necessária. Por isso, reiteramos nosso pedido à Mesa. O pedido de informação do Requerimento nº 1.654 relaciona-se à má utilização das aeronaves do Governo. Temos denúncias graves, inclusive publicadas pela imprensa, de pessoas físicas utilizando as aeronaves, combustíveis e pilotos do poder público, para passeios turísticos, visitas a suas fazendas, idas à praia, etc. Apenas hoje votaremos o requerimento e mostrarei à Casa o dia em que receberemos as informações. Este Poder Legislativo, que tem avançado, e muito, no seu processo fiscalizador e legiferante, pode melhorar nesse aspecto, pois essa é uma demanda das comissões e dos parlamentares. Pedimos que a Mesa se mostre sensível a ela. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa\* - Que bom que os estudantes querem falar. No meu tempo, não poderiam, porque a ditadura não deixava. Graças a Deus e graças aos homens, como eu, pois foram poucos os que lutaram contra a ditadura. Enquanto muitos correram, estávamos aqui para defender a dignidade do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a UEMG foi criada na Constituição de 1989. Aqui, no Plenário, sou o único signatário dessa Constituição. Doze anos após, discutimos que não se implanta a universidade. Por quê? Por falta de vontade política? Por que não querem? Por que competirá com as universidades particulares? No final, resolvem cobrar a mensalidade do aluno que é público. Para que criar uma universidade pública? Para poder encher de funcionários e cobrar a mensalidade do infeliz do estudante que não tem dinheiro para pagar. Por que a corda só arrebenta do lado mais fraco?

Digo aos estudantes que fui um dos sub-relatores do orçamento, assim como os Deputados Rêmo Aloise e Márcio Cunha, quando incluímos a verba, diante de acordo partidário de Lideranças, de Deputados, homens honrados individualmente, cada um no seu canto, para que fosse cumprido. O Governador vetou. Fui, também, relator de parte do projeto da reforma do Judiciário, quando conseguimos contemplar todos os segmentos isolados dos servidores. Conseguimos colocá-los até no Conselho da Magistratura. Mas acordos nebulosos fizeram com que fosse novamente refeito um relatório, nesta Casa, e retirado tudo aquilo que contemplava os Juizes do interior, as classes subalternas e os funcionários. Dinheiro para construir fórum de R\$6.000.000,00, em Betim, tem. Dinheiro para pagar funcionário, não. Cachorrada...

Mas o que me traz à tribuna é mais grave do que isso. Gostaria de alertar os estudantes, principalmente os de Direito, para que, quando de sua formatura, tentem manter a dignidade, que hoje parece estar só em espírito, em suas personalidades e em suas almas.

Naquele dia em que aqui estive e xinguei de bandido o Juiz de Neves e o Promotor, não havia xingado de bandido o Castelar Guimarães, que já fica aqui, de uma vez, xingado de bandido. E vou dizer o motivo: Castelar Guimarães é aquele que se omitiu quando do episódio da MinasCaixa. Aqui estou pedindo o desarquivamento do processo de responsabilidade de quando foi quebrada a MinasCaixa por um grupelho que conhecemos, do qual o Sr. Castelar era muito íntimo, tendo trocado seu silêncio pela construção do TRT 2, Avenida Álvares Cabral, sobre o qual pediremos investigações para mostrar ao povo de Minas quanto custou essa obra, que, por acaso, leva o nome de Castelar Guimarães, acostumado, inclusive, à CPI da ADTER, acostumado a botar panos quentes nos bolos e nos rolos desse grupelho que quebrou a MinasCaixa. Sr. Castelar Guimarães, ladrão não é só aquele que pula janela de casa para roubar. É aquele que segura a escada, é aquele que fica na rua fingindo que não está vendo nada, assoviando para ver se a Polícia não está vindo. E o senhor se inclui entre os que seguram a escada e ficam assoviando na esquina, fingindo que a coisa não é com o senhor. Os seus Procuradores e Promotores de Ribeirão das Neves são ladrões, bandidos, mancomunados com o crime, do mesmo jeito que o Juiz, ligados a traficantes de drogas. E vou mostrar, a seguir, o porquê. Somente depois das minhas palavras ao Presidente do Tribunal de Justiça, dizendo que ia denunciá-los em público, é que o Juiz dessa comarca remeteu ofício ao dirigente da Penitenciária, pedindo relatório dos presos que estavam em condições de sair. Jamais tinha tomado nenhuma providência para inibir a corrupção, as fugas compradas nessa cidade, os alvarás de soltura dados ou vendidos pela comarca. Mas isso não é surpresa. Vejamos bem o que aconteceu: depois de todas essas nossas acusações, o Juiz de Neves se recusou a dar um alvará de soltura ao cidadão, se é que se pode dizer assim, Severino Jacinto Barros, vulgo "Morosco". Mas vem ao Tribunal de Justiça e acha um cidadão desavisado, que por acaso é Desembargador, Luiz Carlos Biazutti, que dá uma sentença "nas coxas" concedendo o alvará de soltura, liberando um bandido condenado a 25 anos de cadeia, em São Paulo. Sabem o que é isso? É o dinheiro do tráfico de drogas fluindo nos escritórios de advocacia, dentro dos tribunais, e colocando os traficantes nas ruas. Este é o nosso País. Este é o meu País. Este é o País que tirei das mãos dos militares para entregá-lo nas mãos da corrupção, dessa banda podre que é a nossa justiça. E o pessoal quer me calar. Querem me calar, por quê?

Não me calaram quando eu era motorista de caminhão, vão me calar como Deputado, já que tenho a função de denunciar, de mostrar essa cachorrada em público?

Um Desembargador que dá uma sentença na calada da noite, como Desembargador de plantão? E solta um bandido condenado há 25 anos de cadeia. Coincidentemente, no mesmo dia houve uma fuga negociada na Penitenciária de Neves e metralharam a Câmara Municipal. Metralharam a Câmara Municipal para quê? Para intimidar a mim, mostrando que a minha mulher corre risco de vida? Se ela é Vereadora, se ela é Presidente dessa Câmara, o é por vontade própria, por comunhão, por conjugação dos meios que temos de vida e por afinidade. Não tem nem tanta coragem como dizem e como alguns falam que tenho. Não temos coragem, o que não temos é medo. Porque bandido é tudo igual. Tanto faz bandido que é traficante, que é ladrão, que é assassino, como é o que está com carteirinha de Promotor, como é o que está com carteirinha de Juiz, com carteirinha de Desembargador - tem bandido para todos os gostos.

Deus queira que um dia esses Morcosos da vida comecem a matar os Desembargadores que se negarem a dar essas sentenças nas coxas, e quem sabe não dão um tiro na cara de um cidadão desses e a população vai começar a ficar livre de bandido solto, porque os outros vão começar a ficar com medo de libertar traficante? Quem corre risco hoje é só a população de Neves. É a população que está na rua que está correndo risco de vida.

Agora vejam como é bem organizada essa troca. Gostaria de lembrar ao dono do Edifício TRT-2, Dr. Castellar, que Promotor é obrigado, por lei, a fiscalizar a Fundação de Neves, porque ele é o curador natural das fundações. Ele é obrigado a fazer uma auditoria anual em todas as fundações existentes no município, como fazem nos cartórios. Tem que fazer, e ele nunca fez. Lá, desaparece o dinheiro do povo com a conivência do Procurador, do Promotor, do Juiz, de todos. Só tinha um Juiz em Ribeirão das Neves. Vamos ter mais, porque fomos ao Tribunal, quase com ameaça, para implantar o resto das varas de que precisamos. E vão implantar só a metade das que estão no relatório.

Agora vejam que interessante: Santa Luzia, uma cidade menor que Ribeirão das Neves, participa da circunscrição metropolitana: vara, comarca especial, entrância especial. Betim, Contagem, idem. Ribeirão das Neves, com 250 mil habitantes, com o maior complexo penitenciário de Minas Gerais - o Presidente do Tribunal teve a cara-de-pau de falar que Santa Luzia era área de conurbação - com Belo Horizonte e Ribeirão das Neves não era. O Presidente do Tribunal não conhece Minas Gerais, não conhece a região metropolitana? Ou o Tribunal está mancomunado com essa indústria do crime, esse tráfico de drogas permanente e essa indústria de libertação de traficantes?

Tenho que me calar? Vão me processar? Podem fazê-lo à vontade. Mandem processo à vontade. Se eu tivesse rabo, já o teria arrancado com bunda e tudo. Não é só o pessoal da justiça, um ou outro que querem me pegar. São muitos bandidos que querem me pegar. Por que não o fazem? Não têm coragem. Não tenho rabo nem medo. O que não conseguimos resolver na porrada, resolvemos no tiro, no cacete, do jeito que vier, não tem problema. A minha vida sempre foi assim. Não foi fácil, não. Foi com muito luta, muito honra, e ensino isso para os meus filhos. Não ensino dar uma sentença nas coxas, vender um alvará de soltura, vender proteção igual ao nosso querido antecessor do atual Procurador de Justiça, que era bandido.

Ao invés de procurar a justiça, estava era vendendo proteção aos caça-níqueis. Esse era o cara que elegeram: um da lista triplíce. Imaginem a raça dos subalternos que são ligados à banda podre do Ministério Público! Não tem banda podre? Por que não? Como saiu dali esse aborto da natureza? Nasceu da noite para o dia? Um cara honrado e honesto virou bandido, da noite para o dia? Não; isso é criado desde criança para ser bandido; estudou, formou-se, viveu no meio de uma equipe de bandidos, para se formar daquele jeito. Como na penitenciária, dentro do Ministério Público também se formam bandidos. Tem banda boa lá dentro, sim; mas não pode ser exaltada, porque está compactuando com a banda podre. Crime não é só a ação, mas também a omissão. No Tribunal de Justiça, se há Desembargador podre, os bons também estão ficando podres, porque ninguém fala nada. É preciso vir aqui o Irani para falar, para quebrar o pau, para, amanhã, ser ameaçado de processo. Ai, pega uma columnistazinha sem-vergonha, como essa Bertha Jeha, que puxou ao pai... Fiz um requerimento, pedindo para que vejamos se a estão processando no Ministério Público. Está aqui: corrupção. Roubou dinheiro da Prefeitura de Monlevade; achou a Prefeitura de Monlevade, para se locupletar. Graças a Deus, a direção do "Estado de Minas" tem botado um monte de achacador para fora. Quem dera bote também essa Bertha, que está entre eles. E vêm falar que o Promotor vai processar, que o Juiz vai processar? Falem de mim o que estou falando deles, para verem se não lhes planto a mão na cara. Agora, venha um vagabundo desses me plantar a mão na cara, para ver o que acha. Está aqui: corrupção da D. Bertha Maakaroun - Berta Jeha. A senhora é igual a seu pai; a mesma coisa. Está aqui: CPI de Monlevade, apurando desvio de dinheiro, desvio de função, malversação, corrupção. E o Ministério Público caladinho... Sabem por quê? Como dizia minha falecida mãe, um gambá cheira o outro. Não tem jeito: nego sem-vergonha só protege nego sem-vergonha. E aquela mocinha que senta ali, dona da verdade, de quem todo mundo caga de medo, faz a mesma coisa: na hora em que pode, mete a mão. Ora, D. Bertha, não precisa parecer honesto, não; tem é de ser honesto.

Então, quero dizer que, se a justiça de Minas Gerais quiser, não precisa nem processar; é só interpelar, que vou mostrar as sentenças vendidas aqui ... Tem um monte. Vamos investigar as denúncias dadas ao Ministério Público e que são engavetadas, são negociadas, como foram as do caça-níquel. Recebem a denúncia e vão ver: "Quanto você dá para te protegemos? Seis milhões, e vamos te proteger ...". Esse é o Procurador-Chefe. Agora, imaginem a raça podre que foi criada debaixo da mesma asa. Não é, Sr. Castellar? E os que estão debaixo da sua asa também? O senhor acoitou a MinasCaixa em troca de quê? Do dinheiro para construir o prédio? Foi isso o que aconteceu? Ai, quer calar a boca do Irani. Ah! Para calar a minha boca, só a morte; só Deus. Por causa de vagabundo da marca de vocês, não calo, não.

Está feita a denúncia. É o meu dever. E já falei: tudo, menos ser cagão.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos iniciar o processo de discussão do projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Lobo. Esse projeto, de altíssimo alcance social, que tenta preservar os direitos dos servidores públicos do Estado, altera o art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, acrescentando-lhe o § 4º.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/4/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.963, 2.018, 2.020, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ermano Batista

exonerando Antonio Pedro Nolasco do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Cynara Batista Duque do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Cynara Batista Duque para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Kemil Kumaira

exonerando Cristiana Miglio Kumaira Pereira do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pedro Pinduca

exonerando Daniel Alessandro Costa do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ana Paula de Deus Barcelos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando André de Deus Barcelos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Antonio Pedro Nolasco para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Miguel Angelo de Souza Lopes do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Kemil Kumaira, Vice-Líder do PSDB.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou os seguintes atos:

nomeando Cristiana Miglio Kumaira Pereira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

nomeando Miguel Angelo de Souza Lopes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

## ERRATAS

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 31/3/2001, na pág. 30, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Agostinho Silveira", onde se lê:

"Alba Divina Carnélio Teixeira", leia-se:

"Alba Divina Cornélio Teixeira".

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 7/4/2001, na pág. 23, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado José Henrique", onde se lê:

"José Márcio Guimarães", leia-se:

"José Márlío Guimarães".